



PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2025

"DISPÕE SOBRE A CASSAÇÃO DA LICENÇA DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS QUE VENDEM DISPOSITIVOS "CIGARROS ELETRÔNICOS, VAPER, VAPE, POD SYSTEM, VAPER PEN" NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO decreta:

Art. 1º Fica proibida a comercialização, fabricação, distribuição, armazenamento e vincular propagandas dos chamados " cigarros eletrônicos, vaper, vape, pod system, vaper pen" e demais nomenclaturas similares, para qualquer fim, no âmbito do Município de São Paulo.

Art. 2º O estabelecimento comércio flagrado descumprindo, o previsto no artigo 1º desta lei, terá sua licença de funcionamento cassada imediatamente e aplicação de multas pecuniárias.

§1º As multas de que trata este artigo serão regulamentadas por ato do Poder Executivo, que estabelecerá os valores, critérios de aplicação, prazos para pagamento, formas de arrecadação e demais procedimentos administrativos pertinentes.

§2º O Poder Executivo poderá atualizar periodicamente os valores das multas, com base em índices oficiais de correção monetária, visando garantir o caráter punitivo e pedagógico da sanção.



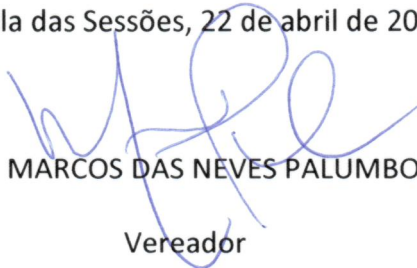
Art. 3º A fiscalização do cumprimento desta Lei será realizada pelos órgãos municipais competentes, como a Subprefeitura, a Vigilância Sanitária, o Procon Municipal e a Guarda Civil Metropolitana (GCM), podendo ser requisitado o apoio da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Art. 4º Os estabelecimentos terão o prazo de 30 (trinta) dias para adaptar-se à presente legislação e cessar a comercialização, fabricação, distribuição, armazenamento e vinculação de propagandas

Art. 5º Os recursos financeiros necessários à execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário, nos termos da legislação orçamentária vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 22 de abril de 2025.



MARCOS DAS NEVES PALUMBO  
Vereador



## JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como objetivo coibir a venda de dispositivos eletrônicos para fumo, popularmente conhecidos como vaper, no Município de São Paulo, por representar um risco iminente à saúde pública, especialmente entre os jovens.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) já proibiu a comercialização, importação e propaganda desses dispositivos no Brasil, devido à ausência de comprovação científica sobre sua segurança e eficácia. Além disso, diversos estudos apontam que os cigarros eletrônicos contêm substâncias tóxicas, podendo causar doenças respiratórias graves, dependência à nicotina e outros prejuízos à saúde.

O aumento da comercialização ilegal desses produtos tem sido motivo de grande preocupação. Muitos estabelecimentos ignoram as proibições e seguem vendendo vapors sem qualquer regulamentação, muitas vezes para menores de idade. Dessa forma, torna-se fundamental a implementação de medidas mais rigorosas, incluindo a cassação da licença de funcionamento dos estabelecimentos infratores.

Além do impacto à saúde pública, há um crescimento alarmante do uso desses dispositivos entre adolescentes e jovens adultos, impulsionado pela falsa impressão de que são menos nocivos do que os cigarros convencionais. A proliferação desses produtos também pode estimular o consumo de outras substâncias, criando um grave problema social.

Diante do exposto, este Projeto de Lei visa reforçar a fiscalização e garantir que o Município de São Paulo adote medidas mais eficazes para combater a comercialização desses dispositivos. Contamos com o apoio dos nobres vereadores para a aprovação desta proposição, visando a proteção da saúde e bem-estar da população paulistana.